

Nova Vento
Formoso Energias
Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Nova Vento Formoso Energias Renováveis S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Vento Formoso Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Vento Formoso Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 31 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Nova Vento Formoso Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

	Notas	2017	2016		Notas	2017	2016
Ativos				Passivos			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.070	10.494	Fornecedores	7	358	16.525
Contas a receber	5	2.237	3.371	Empréstimos e financiamentos	9	7.157	-
Despesas pagas antecipadamente		1.420	17	Outras contas a pagar		73	40
Adiantamento a fornecedores		-	3	Debêntures	8	-	114.403
Tributos compensáveis		645	270	Provisão para compensação ambiental		666	666
				Obrigações tributárias		1.212	853
Total do ativo circulante		5.372	14.155	Total do passivo circulante		9.466	132.487
Não circulante				Não circulante			
Fundos vinculados	4	9.266	-	Empréstimos e financiamentos	9	96.949	-
Outros ativos não circulantes		846	-	Outros passivos não circulante		858	-
Imobilizado	6	143.436	150.547	Adiantamento para futuro aumento de capital		660	-
Intangível		756	756	Total do passivo não circulante		98.467	-
Total do ativo circulante		154.304	151.303	Patrimônio líquido	10		
				Capital social		58.204	35.081
				Prejuízos acumulados		(6.461)	(2.110)
				Total do patrimônio líquido		51.743	32.971
Total do ativo		159.676	165.458	Total do passivo e patrimônio líquido		159.676	165.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Vento Formoso Energias Renováveis S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

	Notas	2017	2016
Receita operacional líquida	12	25.561	7.082
Custo das vendas	13	<u>(10.271)</u>	<u>(2.065)</u>
Lucro bruto		<u>15.290</u>	<u>5.017</u>
Despesas gerais ou administrativas	14	(1.590)	(2.088)
Despesas tributárias		<u>(6)</u>	<u>(40)</u>
Resultado antes das despesas (receitas) financeiras líquidas		<u>13.694</u>	<u>2.889</u>
Receitas financeiras	15	701	272
Despesas financeiras	15	<u>(17.713)</u>	<u>(4.467)</u>
Resultado Financeiro		<u>(17.012)</u>	<u>(4.195)</u>
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(3.318)</u>	<u>(1.306)</u>
Imposto de renda	11	(682)	-
Contribuição social	11	<u>(351)</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício		<u>(4.351)</u>	<u>(1.306)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Vento Formoso Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

	2017	2016
Resultado do exercício	(4.351)	(1.306)
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(4.351)</u>	<u>(1.306)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Vento Formoso Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	30.799	(8.329)	(802)	21.668
Capital subscrito	42.000	(42.000)	-	-
Capital integralizado	-	12.611	-	12.611
Prejuízo do exercício	-	-	(1.308)	(1.308)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	72.799	(37.718)	(2.110)	32.971
Integralização de capital	-	23.123	-	23.123
Resultado do exercício	-	-	(4.351)	(4.351)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	72.799	(14.595)	(6.461)	51.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Vento Formoso Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício antes dos tributos	(3.318)	(1.308)
Juros sobre financiamentos	11.195	4.429
Custo de captação apropriado ao resultado	118	-
Provisão de ressarcimento	-	-
Depreciação	7.460	1.831
Varição nos ativos e passivos		
Aumento (redução) em créditos a receber	1.134	(3.371)
Aumento (redução) em Tributos compensáveis	(375)	(147)
Aumento (redução) em despesas antecipadas	(1.403)	16
Redução (aumento) outros ativos não circulantes	(846)	-
Aumento (redução) em fornecedores	(16.167)	14.847
Aumento (redução) em outras contas a pagar	891	40
Aumento (redução) em adiantamento a fornecedores	3	(3)
Aumento (redução) em provisão compensação ambiental	-	666
Aumento (redução) em obrigações tributárias	(674)	562
Caixa líquido originado pelas atividades operacionais	(1.982)	17.562
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		
Aplicação em fundos vinculados	(9.266)	-
Aquisição de imobilizado	(349)	(25.386)
Baixa de imobilizado	-	2.555
Baixa de intangível	-	708
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(9.615)	(22.123)
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital - PNC	660	-
Integralização de capital	23.123	12.611
Captação de empréstimos e financiamentos	106.169	2.431
Custo de captação do empréstimo	(1.955)	-
Pagamento de juros e principal de empréstimos e financiamentos	(9.442)	-
Pagamento de juros e principal de debêntures	(116.382)	-
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	2.173	15.042
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(9.424)	10.481
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	10.494	11.747
No fim do exercício	1.070	10.494
Aumento/diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(9.424)	(1.253)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia, com sede em Ubajara, Estado do Ceará, situada à Rodovia BR 222, S/N, KM 334 - Zona Rural, foi constituída em 15 de Outubro de 2010 sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e de acordo com o despacho nº 2694, de 05 de outubro de 2016, iniciou operação comercial em 06 de outubro de 2016 quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema.

A Companhia tem como objeto social: (i) a exploração, em nome próprio ou através de participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica Vento Formoso, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (II) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

A Vento Formoso possui capacidade instalada de 25,35 MW* médios.

Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante nas demonstrações financeiras no montante de R\$ 4.094. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia ou, se necessário, por meio de aportes financeiros dos acionistas controladores.

2 Base de preparação e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2018.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

Não há julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 Principais Práticas Contábeis

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e os recebíveis da Companhia compreendem Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Equipamentos de informática e processamento de dados	10 anos
Veículos	5 anos
Linhas de transmissões	20 anos
Torres de geração de energia	20 anos
Obras civis	20 anos

c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que esta não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e os recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

d. Intangível

(i) Ativo intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que possuem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o projeto for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento do projeto e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados conforme prazo de concessão da outorga.

(iii) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

e. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

Lucro presumido

Calculado com base na presunção de lucro sobre a receita bruta, nas alíquotas de 8% para geração de energia. Sobre a presunção de lucros, aplica-se as mesmas alíquotas do lucro real, sendo elas: 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (Base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

f. Receita operacional

Receita operacional A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos e dos eventuais descontos e contribuições incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando: (i) é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; (v) e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo e debêntures que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

h. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

(i) Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes e CPC 48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia já efetuou uma avaliação preliminar dos impactos estimados em suas demonstrações financeiras, e com base na sua avaliação entende que não há impactos significativos. O impacto estimado da adoção dessas novas normas baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras, sendo que os impactos reais da adoção das novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

CPC 47 - Receitas de Contratos com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, substituindo as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas. O novo CPC estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

- 1. Identificar o contrato com o cliente**
- 2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato**
- 3. Determinar o preço das transações**
- 4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho**
- 5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho**

Toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Power Purchase Agreement - PPA e de Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado - CCEAR. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente, o que leva a Companhia a entender que não haverá impactos significativos no reconhecimento da receita a partir da entrada em vigência do novo CPC.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Conforme descrito no item (a) desta nota explicativa, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

- **- Instrumentos financeiros não derivativos:** Empréstimos e recebíveis; e
- **- Passivos financeiros não derivativos:** Outros passivos financeiros.

Adicionalmente, como descrito na nota explicativa nº 17, o risco de crédito é avaliado pela Companhia como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes e por ser uma atividade regulada.

Dessa forma, com base na sua avaliação, a Companhia entende que os novos requerimentos de classificação e mensuração não terão um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(ii) Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. Entretanto, a Companhia não efetuou a adoção antecipada.

4 Caixas, equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes

	2017	2016
Bancos	8	2.756
Aplicações financeiras (a)	<u>1.062</u>	<u>7.738</u>
Total	<u>1.070</u>	<u>10.494</u>

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, junto ao, Santander, Citibank e Pine com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 65% Compromissada referente as aplicações do Santander, taxa de 98 % CDI para as aplicações do Banco Pine e taxa de 97 % CDI para as aplicações do Citibank.

b. Fundos vinculados

Há ainda os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Reserva da Dívida e Reserva de O&M), em que é exigido pelo Banco financiador que sejam mantidas três parcelas atualizadas referentes ao valor da última amortização e ¼ do valor anual a pagar referente aos contratos de Operação e Manutenção. Esses fundos estão classificados no ativo não circulante.

	31/12/2017
Reserva Especial	2.849
Centralizadora	2.060
Reserva O&M	251
Reserva Dívida BNDES	<u>4.106</u>
Total	<u>9.266</u>

5 Contas a receber

As provisões referem-se a energia gerada no mês de dezembro de 2017, as quais serão faturadas em janeiro de 2018.

	2017	2016
Provisão de energia	2.237	3.253
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	-	118
Total	2.237	3.371

6 Imobilizado

Movimentação do imobilizado

	Saldo em 01/01/2017	Aquisições	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Compensação ambiental	708	-	-	-	-	708
Equipamentos e processamento de dados	1	-	-	-	-	1
Linhas de transmissão em serviço	252	-	-	-	(13)	239
Torres de geração de energia eólica	103.211	196	-	-	(5.224)	98.183
Obras civis em serviço	46.375	153	-	-	(2.223)	44.305
Total	150.547	349	-	-	(7.460)	143.436

	Saldo em 01/01/2016	Aquisições	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2016
Imobilizado em andamento (a)	12.562	5.717	(15.724)	(2.555)	-	-
Linhas de transmissão	112	143	(255)	-	-	-
Adiantamento a fornecedor (b)	98.986	-	(98.986)	-	-	-
Encargos financeiros (c)	5.240	12.695	(17.935)	-	-	-
Compensação ambiental	-	708	-	-	-	708
Equipamentos e processamento de dados	-	1	-	-	-	1
Linhas de transmissão em serviço	-	-	255	-	(3)	252
Torres de geração de energia eólica	-	7.023	97.494	-	(1.306)	103.211
Obras civis em serviço	-	11.746	35.151	-	(522)	46.375
Total	116.900	38.033	-	(2.555)	(1.831)	150.547

- (a) Os montantes registrados nessa conta referem-se a equipamentos das estruturas eólicas.
- (b) Os adiantamentos decorrem da aquisição de aerogeradores e demais equipamentos relacionados ao parque eólico junto aos fornecedores.
- (c) Os encargos financeiros sobre financiamento diretamente atribuíveis aos ativos em construção foram capitalizados e incluídos nos custos destes ativos. A respectiva capitalização se encerra quando todas as atividades necessárias ao preparo do ativo qualificável para o seu uso estão substancialmente concluídas. Outros custos de empréstimos foram reconhecidos como despesas no resultado do exercício.

7 Fornecedores

	2017	2016
Casa dos Ventos Energias Renováveis S/A	-	62
Ge Water e Process Technologies do Brasil Ltda.	4	16.383
Fornecedores Diversos	354	80
Total	358	16.525

- (a) GE Water e Process Technologies é o principal fornecedor referente à aquisição de aerogeradores.

8 Debêntures

A Companhia liquidou suas debêntures integralmente em fevereiro de 2017.

	Taxa de juros	2016
Debêntures (a)	3% a.a. + Taxa DI	<u>114.403</u>
Total		<u>114.403</u>

- (a) A Companhia possuía um contrato de instrumento particular de escritura de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

9 Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	2017
Financiamentos (a)	2,88% a.a. + TJLP	<u>104.106</u>
Total		<u>104.106</u>
Circulante		7.157
Não Circulante		96.949

- (a) Em 10 de fevereiro de 2017, ocorreu o primeiro desembolso referente ao contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº16.2.0752.1, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Nova Vento Formoso Energias Renováveis S.A, firmado em 19 de janeiro de 2017, no valor total R\$ 106.168.000.
- (b) Sobre o principal da dívida, incidirão juros à taxa de 2,88% ao ano mais Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante que vier a exceder será capitalizado, incorporando-se ao principal.

Covenants

A Companhia contratou financiamento e fianças bancárias com cláusulas restritivas de determinadas condições a serem observadas, tais como, sem limitação:

- (a) Inexistência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, por qualquer das beneficiárias, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- (b) Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de qualquer das beneficiárias ou das empresas que a controlam de dispositivos que importe em restrições ou prejuízos à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- (c) Constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto;
- (d) A não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão, por mais de 30 (trinta) dias, das autorizações e das licenças, inclusive as ambientais e as concedidas pelo MME e pela ANEEL, exigidas para construir, operar e manter o projeto;
- (e) Modificação do controle efetivo, direto e indireto, de qualquer das beneficiárias, sem prévia e expressa anuência do BNDES; e

- (f) Alteração da finalidade e escopo do projeto sem prévia anuência, por escrito, do BNDES;
- (g) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, consolidado da controladora Ventos de São Jorge Holding apurado anualmente, igual ou superior a 1,3 vezes, exigidos a partir do exercício 2018.

O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. A Companhia vem cumprindo os covenants para o exercício de 2017.

10 Patrimônio líquido

O capital social subscrito é de R\$ 72.799 em 2017 (igual em 2016) e está representado por 72.799 (setenta e dois milhões, setecentos e noventa e oito mil, setecentos e um) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, o mesmo em 2016.

A integralização de capital no exercício findo de 2017 foi na ordem de R\$ 23.123, ficando ainda a integralizar o valor de R\$ 14.595.

11 Imposto de renda e contribuição social

Foram apurados os impostos, o imposto de renda e a contribuição social correntes exercício de 2017, sendo R\$ 682 para o imposto de renda e R\$ 351 para a contribuição social. Em 2016 não houve saldos de impostos correntes registrados pela Companhia, pois não possuíam histórico de lucros tributáveis.

12 Receita operacional líquida

A Companhia começou suas operações em teste no dia 28 de setembro de 2016 e portanto, passou a registrar receitas a partir desse período.

	2017	2016
Receita bruta	26.372	7.497
Energia elétrica - Geração própria	23.888	7.497
Energia elétrica - Revenda	426	-
Outras receitas	2.059	-
Deduções da receita	(811)	(415)
PIS	(145)	(72)
COFINS	(666)	(333)
ICMS	-	(10)
Total	<u><u>25.561</u></u>	<u><u>7.082</u></u>

13 Custo de geração

	2017	2016
Encargos de transmissão e conexão	(1.349)	(248)
Custo com pessoal	(103)	(210)
Arrendamento e aluguéis	(52)	-
Depreciação	(7.460)	(1.607)
Serviços de terceiros	(205)	-
Despesa com manutenção	(565)	-
Engenharia e gestão de processos O&M GE	(226)	-
Seguros	(134)	-
Taxa de fiscalização ANEEL	(68)	-
Compra de energia	(109)	-
	<u>(10.271)</u>	<u>(2.065)</u>
Total	<u>(10.271)</u>	<u>(2.065)</u>

14 Despesas operacionais

	2017	2016
Serviços prestados pessoa jurídica	-	(148)
Serviços e consultoria	-	(23)
Auditoria externa	(1)	(4)
Compartilhamento de despesas	(89)	(540)
Gastos diversos	(1.388)	(37)
Depreciação e amortização	-	(224)
Seguros	-	(131)
Taxas e emolumentos	(20)	(37)
Despesas com cartórios	(1)	(9)
Locação de máquinas e equipamentos	(2)	(116)
Despesas com licença ambiental	-	(543)
Despesas com manutenção	-	(231)
Energia Elétrica	(19)	-
Legais, judiciais e publicações	(70)	(45)
	<u>(1.590)</u>	<u>(2.088)</u>
Total	<u>(1.590)</u>	<u>(2.088)</u>

15 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	2017	2016
Rendimentos de aplicações financeira	656	269
Descontos obtidos	15	3
Outras receitas	30	-
	<u>701</u>	<u>272</u>
Receitas financeiras		
Juros pagos	(2.185)	-
IOF	(1.968)	-
Tarifas bancárias	-	(13)
Multas	(7)	(25)
Juros BNDES	(9.229)	-
Outras despesas financeiras	(2.344)	-
Juros sobre debêntures - Santander	(835)	(1.857)
Juros sobre debêntures - Bradesco	(793)	(1.765)
Juros sobre debêntures - Pine	(352)	(807)
	<u>(17.713)</u>	<u>(4.467)</u>
Despesas financeiras		

16 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos, passivos e resultado em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	2017	2016
Passivo		
Outras contas a pagar		
Nova Ventos de Tianguá Norte Energias Renováveis S.A	-	40
Fornecedor		
Echo Holding 1 S.A. (antiga Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.)	-	62
	<u>-</u>	<u>102</u>
Total		
Resultado		
Compartilhamento de despesas (a)	89	540
Echo Holding 1 S.A. (antiga Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.)		
Total	<u>89</u>	<u>540</u>

- (a) A Companhia possui despesas no valor R\$ 89 decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.

17 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

	2017		2016	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas e equivalentes de caixa	1.070	1.070	10.494	10.494
Fundos vinculados	9.266	9.266	-	-
Contas a receber	2.237	2.237	3.371	3.371
Fornecedores	358	358	16.525	16.525
Financiamentos	104.106	104.106	-	-
Debêntures emitidas	-	-	114.403	114.403
Total	117.037	117.037	144.793	144.793

b. Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais			
		Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
31 de dezembro de 2017					
Fornecedores e outras contas a pagar	1.289	431	858	-	-
Financiamentos	104.106	7.157	14.314	28.628	54.007
Total	105.395	7.588	15.172	28.628	54.007
31 de dezembro de 2016					
Fornecedores e outras contas a pagar	16.525	16.525	-	-	-
Debêntures emitidas	114.403	114.403	-	-	-
Total	130.928	130.928	-	-	-

c. Instrumentos Financeiros por Categoria

	2017		2016	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
<i>Ativos financeiros:</i>				
Caixas e equivalentes de caixa	10.336	-	10.494	-
Contas a receber	2.237	-	3.371	-
<i>Passivos financeiros:</i>				
Fornecedores	-	358	-	16.525
Financiamentos	104.106	-	-	-
Debêntures	-	-	114.403	-

d. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2017 e 2016 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os contratos de construção firmados pela Companhia relacionados ao CAPEX (*Capital expenditure*) estão atrelados em moeda nacional e portanto, não há exposição de variação cambial nessas operações.

(iv) ***Risco de mercado***

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.